

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE DIREITO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

THIAGO DIAMANTE

***A PAR CONDICIO CREDITORUM* E O TRATAMENTO DIFERENCIADO ENTRE  
CREDORES NO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Porto Alegre

2017

Thiago Diamante

***A PAR CONDICIO CREDITORUM E O TRATAMENTO DIFERENCIADO ENTRE  
CREDORES NO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL***

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre em Direito pelo  
Programa de Pós-Graduação em Direito da  
Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul

Orientador: Professor Doutor Gerson Luiz Carlos  
Branco

Porto Alegre

2017

#### CIP - Catalogação na Publicação

Diamante, Thiago

A par condicio creditorum e o tratamento diferenciado entre credores no plano de recuperação judicial / Thiago Diamante. -- 2017.

155 f.

Orientador: Gerson Luiz Carlos Branco.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Par condicio creditorum. 2. Recuperação Judicial. 3. Lei 11.101/2005. 4. Tratamento Diferenciado. 5. Subclasses de Credores. I. Branco, Gerson Luiz Carlos, orient. II. Título.

Thiago Diamante

***A PAR CONDICIO CREDITORUM E O TRATAMENTO DIFERENCIADO ENTRE  
CREDORES NO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL***

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre em Direito pelo  
Programa de Pós-Graduação em Direito da  
Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul.

Banca examinadora  
Avaliação em 19 de Abril de 2017.

---

Prof. Dr. Gerson Luis Carlos Branco

---

Prof. Dr. André Fernandes Estevez

---

Prof. Dr. Cássio Machado Cavalli

---

Prof. Dr. Ricardo Lupion Garcia

---

Prof. Dr. Bruno Nubens Barbosa Miragem

Porto Alegre  
2017

## RESUMO:

O presente estudo tem como tema central a análise do tratamento diferenciado entre os credores sujeitos à recuperação judicial, disciplinada pela Lei 11.101/2005. A necessidade de tratar credores de forma igualitária encontra-se prevista no princípio clássico do direito concursal chamado *par condicio creditorum*. Assim, busca-se analisar a aplicabilidade desse princípio na recuperação judicial, bem como os elementos que permitam uma compreensão do instituto a fim de construir uma base teórica, problematizar a funcionalidade da Lei através do exame da jurisprudência e doutrina e estabelecer critérios. A relevância do tema justifica-se em razão da matéria ser controvertida e de grande aplicação prática pela existência de diferenciação de tratamento entre credores na maioria das recuperações judiciais. Para tanto, no primeiro capítulo, analisa-se os conceitos básicos e origens para estudo da *par condicio creditorum* e o contexto dos princípios que norteiam o direito concursal. No segundo capítulo é abordada a importância da jurisprudência e dos credores na construção da recuperação judicial, destacando a problemática existente nas classes de credores originalmente previstas na legislação e a natureza jurídica do plano de recuperação judicial. No terceiro capítulo são analisados os principais casos em que ocorre o tratamento diferenciado entre credores na recuperação judicial, como a criação de subclasses, a existência de credor estratégico ou colaborativo que financie a empresa devedora e a consolidação substantiva de grupos societários, objetivando estabelecer critérios. Finalmente, no quarto capítulo discute-se a soberania da assembleia-geral de credores, o papel do juiz na homologação do plano de recuperação judicial e as hipóteses de controle de legalidade pelo judiciário. Ao final, são expostas as conclusões sobre a pesquisa.

Palavras-Chave: **Par condicio creditorum. Recuperação Judicial. Lei 11.101/2005. Tratamento diferenciado. Subclasses de credores.**

## **ABSTRACT:**

The present study has as its central theme the analysis of the unfair discrimination among creditors subject to reorganization, disciplined by Law 11.101/2005. The need to treat creditors in an egalitarian manner is provided for in the classic principle of bankruptcy law called *par condicio creditorum*. Thus, the study seeks to analyze the applicability of this principle in reorganization, as well as the elements that allow an understanding of the institute in order to build a theoretical basis, problematize the functionality of the Law through the examination of jurisprudence and doctrine and establish criteria. The relevance of the topic is justified because the matter is controversial and of great practical application by the existence of different treatment between creditors in most reorganization process. To do so, the first chapter analyzes the basic concepts and origins for the study of *par condicio creditorum* and the context of the principles that guide bankruptcy law. The second chapter deals with the importance of jurisprudence and creditors in the construction of the reorganization process, highlighting the problems existing in the classes of claims originally foreseen in the legislation and the legal nature of the plan of reorganization. The third chapter analyzes the main cases in which unfair discrimination occurs between creditors in reorganization process, such as the creation of subclasses, the existence of essential vendors that finances the debtor company and the substantive consolidation of corporate groups, aiming to establish criteria. Finally, the fourth chapter discusses the sovereignty of the general assembly of creditors, the role of the judge in the confirmation of the reorganization plan and the hypotheses of legality control by the judiciary. At the end, the conclusions about the research are presented.

**Keywords: Par condicio creditorum. Reorganization Process. Law 11.101/2005. Unfair discrimination. Subclasses of claims.**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
 <b>CAPÍTULO I. A <i>PAR CONDICIO CREDITORUM</i> E A PRINCIPIOLOGIA NO DIREITO CONCURSAL .....</b>	<b>14</b>
1.1. A função dos princípios e o direito concursal .....	14
1.2. Origens do princípio da <i>par condicio creditorum</i> .....	16
1.3. <i>Par condicio creditorum</i> como princípio clássico da falência no direito brasileiro .....	19
1.4. O tratamento igualitário no ordenamento jurídico .....	25
1.5. O contexto da Lei 11.101/2005 e os princípios norteadores .....	28
 <b>CAPÍTULO II. AS CLASSES DE CREDITORES NO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....</b>	<b>33</b>
2.1. O papel da jurisprudência no contexto da Lei 11.101/2005 .....	33
2.2. O papel dos credores na recuperação judicial .....	35
2.3. O juízo universal na recuperação judicial .....	45
2.4. A problemática das classes de credores na legislação brasileira .....	48
2.5. Plano de recuperação judicial e sua natureza jurídica .....	61
 <b>CAPÍTULO III. O TRATAMENTO DIFERENCIADO ENTRE CREDITORES SUJEITOS AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....</b>	<b>65</b>
3.1. A criação de subclasses: fundamentos, iniquidades e critérios .....	65
3.1.1. Fundamentos .....	66
3.1.2. Iniquidades .....	70
3.1.3. Critérios sugeridos pela doutrina .....	73
3.1.4. Critérios utilizados pela jurisprudência .....	76
3.2. O credor estratégico e os incentivos ao financiamento de empresas em recuperação judicial ( <i>DIP Financing</i> ) .....	83
3.3. Assembleia Geral de Credores: votação das subclasses e o <i>cram down</i> .....	94
3.4. Os credores na consolidação substantiva da recuperação judicial de grupos societários .....	106

<b>CAPÍTULO IV. CONTROLE JUDICIAL DO PLANO RECUPERATÓRIO: LIMITES AO TRATAMENTO DIFERENCIADO ENTRE CREDORES .....</b>	<b>116</b>
4.1. A autonomia da vontade dos credores e a soberania da decisão assemblear .....	116
4.2. O papel do juiz na homologação do plano de recuperação judicial .....	122
4.3. O controle de legalidade do plano de recuperação judicial pelo judiciário ....	126
 <b>CONCLUSÃO .....</b>	 <b>133</b>
 <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	 <b>138</b>



## INTRODUÇÃO

Essa dissertação é uma pesquisa sobre a aplicação da *par condicio creditorum*<sup>1</sup> na recuperação judicial no que se refere à (im)possibilidade de tratamento diferenciado entre os credores no plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor.

No presente estudo, pretende-se estabelecer as bases teóricas para o entendimento dos pontos controversos da legislação, especialmente atinente às principais práticas de tratamento diferenciado entre os credores sujeitos à recuperação judicial.

A Lei 11.101/2005 substituiu o Decreto-Lei 7.661/1945 que disciplinava a Falência e a Concordata. A extinção da concordata e a criação da recuperação judicial da empresa possibilitou uma maior participação dos credores, a qual não existia na legislação anterior. Sendo a *par condicio creditorum* um dos princípios clássicos basilares do direito falimentar, consistindo, basicamente, segundo o conceito clássico, no tratamento igualitário dos credores, necessário pesquisar se o referido princípio também se aplica à nova sistemática da recuperação judicial e, caso positivo, de que forma a prática recuperacional o incorporou.

Com o advento da Lei 11.101/2005 surgiu uma nova situação não conhecida na legislação anterior. Durante o Decreto-Lei 7.661/1945 somente os credores quirografários estavam sujeitos à concordata, inexistindo discussão quanto ao tratamento paritário entre classes ou entre integrantes de uma mesma classe, pois a concordata possuía regras predefinidas para o pagamento dos credores.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Encontra-se divergência na doutrina e na jurisprudência quanto à exata grafia da expressão "*par condicio creditorum*", escrita também como "*par conditio creditorum*" ou "*pars conditio creditorum*". Explica-se que o termo trata-se de uma formulação própria do direito romano originando-se do latim clássico. Ainda, destaca-se que tal entendimento é majoritário na doutrina (vide os clássicos J. X. Carvalho de Mendonça, Salvatore Satta, Rubens Requião, Trajano de Miranda Valverde e a doutrina moderna de Paulo Campos Salles de Toledo, Sheila Christina Neder Cerezetti, Fábio Ulhoa Coelho, Manoel Justino Bezerra Filho, Ricardo Negrão, entre outros utilizados como fontes neste estudo, bem como os enunciados aprovados nas Jornadas de Direito Comercial do Conselho de Justiça Federal), assim, adota-se na presente pesquisa a grafia "*par condicio creditorum*".

<sup>2</sup> O revogado Decreto-Lei 7.661/1945 que previa o pagamento dos credores da seguinte forma: "Da concordata preventiva

Art. 156. O devedor pode evitar a declaração da falência, requerendo ao juiz que seria competente para decretá-la, lhe seja concedida concordata preventiva.

Antes da Lei 11.101/2005 o direito brasileiro conhecia a aplicação da *par condicio creditorum* apenas no âmbito liquidatório. Na falência, há ordem expressa de classificação dos credores para pagamento em que se permitem os primeiros pagamentos aos integrantes das classes consideradas mais privilegiadas, em uma sucessão até o esgotamento do montante disponibilizado após a realização do ativo arrecadado. Essa dinâmica permanece na Lei 11.101/2005 e é universalmente adotada.

A diferença no trato da questão verifica-se em razão da falência ser uma execução concursal possuindo regras claras sobre a satisfação do passivo, já o instituto da recuperação judicial objetiva criar condições para ampla negociação entre devedor e seus credores, em que a classificação dos credores serve apenas como critério de reunião de interesses para deliberação em assembleia.

O sistema atual de recuperação judicial difere dos modelos até então existentes no direito pátrio, não apenas por sua finalidade de preservar as empresas, mas também por representar uma substancial modificação no papel dos credores e do judiciário.

Dessa forma, a presente pesquisa pretende analisar os fundamentos e critérios utilizados para o tratamento diferenciado entre os credores sujeitos à recuperação judicial.

Ressalta-se que o estudo, embora faça menção às legislações de outros países, não se trata de um trabalho de direito comparado. Também não faz parte deste trabalho uma abordagem sobre abuso do direito de voto do credor e os

---

§ 1º O devedor, no seu pedido, deve oferecer aos credores quirografários, por saldo de seus créditos, o pagamento mínimo de:

I - 40%, se fôr à vista;

II - 60%, se fôr a prazo, o qual não poderá exceder de dois anos, devendo ser pagos pelo menos dois quintos no primeiro ano.

I - 50%, se fôr à vista;

II - 60%, 75%, 90% ou 100%, se a prazo, respectivamente, de 6 (seis), 12 (doze), 18 (dezoito), ou 24 (vinte e quatro) meses, devendo ser pagos, pelo menos, 2/5 (dois quintos) no primeiro ano, nas duas últimas hipóteses

(...)

Da concordata suspensiva

Art. 177. O falido pode obter, observadas as disposições dos artigos 111 a 113, a suspensão da falência, requerendo ao juiz lhe seja concedida concordata suspensiva.

Parágrafo único. O devedor, no seu pedido, deve oferecer aos credores quirografários, por saldo de seus créditos, o pagamento mínimo de:

I - 35%, se fôr a vista;

II - 50%, se fôr a prazo, o qual não poderá exceder de dois anos, devendo ser pagos pelo menos dois quintos no primeiro ano.” BRASIL. Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945. Lei de Falências.

**Diário Oficial da União**, 31 jul. 1945.

créditos não sujeitos à recuperação judicial, bem como do tratamento dos credores na recuperação extrajudicial, limitando-se à pesquisa ao tratamento dos credores sujeitos ao processo de recuperação judicial.

Em que pese a *par condicio creditorum* tenha resistido ao longo do tempo e se perpetuado na doutrina e jurisprudência como justificação e o propósito do direito concursal, são raras as vozes que se preocupam em explicar as suas razões e seus alcances.

Igualmente, evidente a importância do estudo de um princípio para que se compreenda o sistema jurídico como um todo. A *par condicio creditorum* está na própria essência do direito falimentar, estruturando o direito concursal, havendo no tratamento paritário dos credores o conceito fundamental que informa todo o sistema normativo que o regula.

A aplicação da Lei 11.101/2005 é completamente diferente comparado ao que consta expressamente previsto na legislação, sendo construída pela jurisprudência que tem interpretado com certa flexibilidade à rigidez pensada pelos legisladores e se utilizado dos princípios norteadores para solucionar as lacunas e não inviabilizar o instituto da recuperação judicial.

A Lei é aberta a utilização dos princípios; porém, pouco se atenta em estruturar adequadamente a negociação entre credores e devedor, principal aspecto de um sistema de solução consensual.

Assim, necessário analisar as divergências doutrinárias e jurisprudenciais relacionadas ao alcance e à autonomia de determinadas deliberações ocorridas no âmbito das recuperações judiciais, mais propriamente aquelas relacionadas ao tratamento diferenciado entre os credores no plano de recuperação judicial.

Ainda, recém completados onze anos de vigência da nova Lei, verifica-se a existência de inúmeras lacunas quanto ao instituto da recuperação judicial que estão sendo sanadas diariamente pela jurisprudência dos Tribunais pátrios, aliás, recém estão chegando as matérias ao conhecimento do Superior Tribunal de Justiça. Destaca-se que, até o presente momento, não há clareza na doutrina e na jurisprudência sobre o que um plano de recuperação judicial pode ou não propor.

Na análise da Lei 11.101/2005, percebe-se que não há exigência expressa de que o plano de recuperação judicial apresentado preveja tratamento igualitário aos integrantes de uma mesma classe de credores, salvo na hipótese em que a maioria não for atingida. No art. 58 da Lei consta expressamente no §2º que “a recuperação

judicial somente poderá ser concedida com base no §1º deste artigo se o plano não implicar tratamento diferenciado entre os credores da classe que o houver rejeitado”, ademais, há proibição expressa de favorecimento a credores na recuperação judicial e na falência sob pena de crime.<sup>3</sup> Dessa forma, questiona-se se pode ser conferido tratamento diferenciado entre os credores pertencentes à mesma classe na recuperação judicial.

Logo, merece destaque a problemática quanto à possibilidade de tratamento diferenciado entre os credores quando da elaboração do plano de recuperação judicial e categorização dos créditos através da criação de subclasses. A questão não é simples e a relevância do tema também se justifica através da divergência identificada na doutrina e na jurisprudência.

Serão utilizados os métodos de procedimento histórico e funcionalista. Para ser analisada a origem do princípio da *par condicio creditorum* e suas implicações quanto à Lei 11.101/2005, será utilizado o método histórico, abrangendo, inclusive, os princípios constitucionais e a análise das legislações concursais anteriores. Para ser entendido sua aplicabilidade no contexto jurídico brasileiro, verificando como o tratamento diferenciado entre credores na recuperação judicial está refletindo nos Tribunais de todo o país, utiliza-se o método funcionalista.

A pesquisa se desenvolve a partir do exame da documentação indireta em fontes primárias, ou seja, considerando a legislação vigente, bem como por meio de fontes secundárias, tais como a doutrina e a jurisprudência. Assim, a metodologia utilizada abrangeu a análise dos doutrinadores clássicos e contemporâneos, na medida em que o presente tema está em voga no meio acadêmico em razão das diversas dúvidas que a Lei atual ainda tem suscitado.

O presente estudo será dividido em quatro capítulos. O primeiro será destinado à análise do histórico do direito falimentar, visando à compreensão do conceito e dos fundamentos da *par condicio creditorum*, bem como dos princípios que embasam tal sistemática, além do contexto que culminou com a introdução da Lei 11.101/2005 no nosso ordenamento jurídico.

---

<sup>3</sup> BRASIL. Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 fev. 2005 – edição extra. “Art. 172. Praticar, antes ou depois da sentença que decretar a falência, conceder a recuperação judicial ou homologar plano de recuperação extrajudicial, ato de disposição ou oneração patrimonial ou gerador de obrigação, destinado a favorecer um ou mais credores em prejuízo dos demais: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre o credor que, em conluio possa beneficiar-se de ato previsto no caput deste artigo”.

O segundo capítulo abordará a importância do papel da jurisprudência para a construção do sistema da recuperação judicial, destacando a mudança do papel dos credores na legislação atual e aprofundando sobre as questões procedimentais atinentes as classes de credores na recuperação judicial e a natureza jurídica do plano recuperatório.

No terceiro capítulo, serão apresentados os temas de maior divergência na doutrina e na jurisprudência, discorrendo sobre as principais hipóteses de ocorrência do tratamento diferenciado entre os credores na recuperação judicial, tais como a criação de subclasses dentro das classes de credores previstas pela legislação, o tratamento diferenciado para os credores estratégicos, essenciais ou parceiros e os mecanismos existentes para aquele credor interessado em financiar ou investir na empresa em recuperação judicial. Ainda, a pesquisa também investigará a assembleia-geral de credores e os critérios de votação e aprovação do plano através do mecanismo do *cram down*, bem como o tratamento dos credores quando ocorre a consolidação substancial na recuperação judicial de grupos societários.

No capítulo quarto, considerando que inúmeras situações não disciplinadas adequadamente pela legislação acabam no poder judiciário, será abordado a existência (ou não) de soberania na decisão dos credores em assembleia, bem como qual o papel do juiz na recuperação judicial e como se realiza o necessário controle judicial de legalidade.

Por fim, a conclusão sintetiza os principais resultados alcançados e oferece as considerações finais.

## CONCLUSÃO

Infelizmente, historicamente tornou-se comum que sociedades empresárias, quando colocadas em situações de extrema dificuldade econômico-financeira, pratiquem atos que prejudicam credores ou beneficiam alguns em detrimento de outros em troca de vantagens econômicas.

No que se refere ao instituto da falência, a Lei 11.101/2005 deixou claro o recado no sentido de que não haja benefício a credores em detrimento do concurso, sob pena de ineficácia ou ação revocatória prevista nos artigos 129 e 130<sup>362</sup>, tornando-se tais atos ineficazes, sem produção de efeito perante a massa falida.

Porém, no que se refere à recuperação judicial, a Lei foi omissa quanto à impossibilidade de tratamento diferenciado entre credores da mesma classe, bem como quais os limites para discriminação entre credores, salvo na hipótese de *cram down* do art. 58, §2º.

A igualdade de tratamento dos credores está esculpida no princípio clássico do direito concursal chamado *par condicio creditorum* que se originou no direito romano e permanece ativa até os dias atuais. Verificou-se na presente pesquisa que a igualdade também encontra-se disciplinada na Constituição. Todavia, não se pode aplicá-la de forma absoluta, sob pena de inviabilização do instituto da recuperação judicial.

No capítulo segundo a conclusão que se colhe é que a Lei tem sido construída através da importante atuação dos credores, que tiveram papel aumentado em comparação com o Decreto Lei 7.661/1945, doutrina e jurisprudência em razão da imperfeição do texto legal.

Exemplo disso, é a rígida classificação dos credores em quatro classes prevista na recuperação judicial que a doutrina e a jurisprudência majoritária flexibilizaram a aplicação da *par condicio creditorum*, permitindo o tratamento diferenciado entre credores pertencentes à mesma classe por meio da criação de subclasses. O

---

<sup>362</sup> BRASIL. Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 fev. 2005 – edição extra. “Art. 129. São ineficazes em relação à massa falida, tenha ou não o contratante conhecimento do estado de crise econômico-financeira do devedor, seja ou não intenção deste fraudar credores (...)”. “Art. 130. São revogáveis os atos praticados com a intenção de prejudicar credores, provando-se o conluio fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratar e o efetivo prejuízo sofrido pela massa falida”.

principal fundamento para adoção desse mecanismo é a ausência de homogeneidade entre os credores nas classes previstas na legislação brasileira.

Assim, embora ainda não haja o pronunciamento expresso do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, doutrina e jurisprudência, em grande parte dos casos, flexibilizam a estrutura rígida da legislação recuperacional, desde que para a preservação de relações com fornecedores e de forma a incentivar o investimento na empresa em recuperação, sempre objetivando a reestruturação da devedora.

No entanto, pela inexistência de critérios claros para formação das subclasses, bem como para a escolha dos credores que serão tratados como colaborativos para recebimento de um tratamento diferenciado no plano de recuperação judicial a pesquisa buscou estabelecer uma construção analítica sobre o tema.

Na análise dos casos isolados em que o plano que previa tratamento diferenciado entre credores não foi homologado, verificou-se que as principais situações foram: (I) rejeição do plano de recuperação judicial por uma das classes; (II) tratamento diferenciado injustificado; (III) manobra utilizada para isolar credores e atingir o quorum necessário de aprovação do plano; (IV) existência de cláusulas abertas onde o devedor escolhia livremente quem merecia tratamento vantajoso; e (V) manifestação do credor dissidente demonstrando sua inconformidade com a diferenciação aprovada por maioria.

Assim, através de ampla pesquisa jurisprudencial conclui-se que o tratamento diferenciado entre credores sujeitos à recuperação judicial é aceito majoritariamente em razão da inexistência de vedação legal, definindo-se como principais critérios para que o plano de recuperação judicial seja homologado pelo julgador: (I) que a diferenciação de tratamento tenha sido aprovada por todas as classes de credores de acordo com o quórum do art. 45 da Lei; (II) seja devidamente justificado no plano de recuperação judicial o tratamento diferenciado em vista da finalidade da Lei (preservação da empresa); (III) que o plano de recuperação judicial discrimine quais os credores serão beneficiados; e (IV) que a possibilidade de tornar-se um credor colaborativo, estratégico ou financiador e receber tratamento mais benéfico seja aberta para todos os credores que tiverem interesse.

A doutrina majoritária também defende a livre classificação de credores no plano de recuperação judicial. Todavia, se a legislação for alterada e adotar-se o sistema de livre criação de classes como realizado nos Estados Unidos, por exemplo, não parece que inibirá a manipulação do quórum necessário para

aprovação dos planos. Pelo contrário, acredita-se que aumentaria o número de fraudes.

No sistema da legislação brasileira, tem-se uma etapa administrativa de verificação de créditos junto ao administrador judicial, o que diminui o número de discussões judicializadas, pois apenas após o edital publicado pelo administrador judicial que o credor poderá apresentar sua impugnação ou habilitação. Assim, as discussões judiciais quanto à classificação de crédito, em sua maioria, versam sobre pedido de exclusão dos créditos dos efeitos da recuperação judicial ou correção do valor do crédito. Logo, se for possibilitado que o devedor apresente a classificação dos credores de forma livre, certamente as discussões judiciais aumentariam.

Quanto à criação das subclasses dentro das classes previstas no art. 41 da Lei, entende-se que é o mais correto, sendo possibilitado o tratamento diferenciado entre credores. Contudo, desde que fundamentado em condições objetivas e previamente estabelecidas e justificadas. A segmentação tem que ser bem fundamentada e justificada no plano, não configurando a coerção, assim, esses planos terão chances maiores de serem aceitos pelo julgador.

Conclui-se que na redação da Lei 11.101/2005 não há expressa obrigatoriedade e clareza a se respeitar a *par condicio creditorum* entre credores da mesma classe, nem há clareza quanto à possibilidade de intervenção judicial para se fazer cumprir esse princípio, salvo na hipótese do *cram down*. Porém, cabe ao magistrado analisar o conteúdo do plano de recuperação judicial especialmente no que tange ao tratamento dos credores.

Outra construção dos operadores do direito refere-se à consolidação substantiva quando do pedido de recuperação judicial em litisconsórcio ativo. Verificou-se que a legislação novamente foi omissa quanto ao pedido de recuperação judicial de grupos societários. Ainda, mesmo sendo aceito o ajuizamento em litisconsórcio ativo pela jurisprudência, há divergências quanto à possibilidade de consolidar os credores de diferentes empresas em um *pool* em razão de ocasionar a diluição de créditos e prejudicar credores.

Entende-se que a consolidação substancial deve ser utilizada em caráter excepcional quando existente confusão patrimonial e garantias cruzadas.

Como visto, muitos mecanismos aplicados na prática recuperacional brasileira foram importados da legislação norte-americana, porém, no Brasil inexistente controle horizontal (*unfair discrimination*) ou vertical (*fair and equitable*) do plano de



recuperação judicial. Sugere-se que o modelo brasileiro se utilize de tais mecanismos para imposição de regras mínimas de preferência de pagamento na recuperação judicial, bem como não admitindo tratamento diferenciado entre credores da mesma classe.

No capítulo quarto, verificou-se a existência das correntes sobre os limites do poder de controle do juiz na doutrina que se refletem na jurisprudência. A primeira corrente, do início da vigência da Lei, que o juiz possui apenas papel homologatório: A segunda entende que o controle judiciário está restrito aos aspectos atinentes à legalidade e para evitar abuso de direito. Por último, a corrente que entende que o magistrado possui um papel mais amplo, podendo realizar controle sobre o mérito, aspectos jurídicos e, inclusive, exame da consistência econômica do plano de recuperação judicial fundamentado no art. 47 (preservação na empresa) e no art. 58, §1º, da Lei (*cram down*), visto que no momento se permite que o juiz possa avançar na situação específica do *cram down*, permite-se também que avance em outras situações.

O controle judicial de legalidade do plano de recuperação judicial é extremamente necessário, mesmo se aprovado o plano de recuperação judicial por todas as classes.

O sistema de votação dos credores pela maioria já fora adotado anteriormente pela nossa legislação e os resultados produzidos não foram os desejados. Assim, necessário um pouco de cautela na aplicação do instituto da recuperação judicial para que a Lei não seja entendida além dos seus limites, sob qualquer pretexto, para que a recuperação judicial não venha sofrer dos mesmos padecimentos da antiga concordata, não se prestando para recuperar empresas.

O tratamento diferenciado injustificado a determinados credores na maioria das vezes será causa para instauração de litígio entre credores e devedora, bem como dentro da coletividade de credores. Ainda, quando um plano de recuperação judicial nesses termos, aprovado pela maioria dos credores, é homologado pelo judiciário, aumentam as chances da interposição de recurso contra esta decisão. Assim, em razão da morosidade do Poder Judiciário para julgamento dos recursos, tal fato acarretará em atraso para a solução de crise, reduzindo as chances de soerguimento da empresa.

Dessa forma, caso a doutrina e a jurisprudência não se encarreguem de estabelecer os critérios e limites para tratamento diferenciado entre os credores,

caberá aos legisladores reformarem a Lei, sob pena de o instituto da recuperação judicial cair em descrédito, tal como ocorria com as antigas legislações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Carlos Henrique. O papel do Judiciário na Lei 11.101/05. In: CASTRO, Rodrigo R. Monteiro; LEANDRO, Santos de Aragão (coord.). **Direito societário e a nova lei de falências e recuperação de empresas**. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

ABRÃO, Nelson. **Curso de Direito Falimentar**. 4a edição revista e atualizada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

ADAMEK, Marcelo Vieira von. **Abuso de minoria em direito societário (abuso das posições subjetivas minoritárias)**. São Paulo: USP, 2010. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

AFONSO NETO, Augusto. **Princípios do direito falimentar**. São Paulo: Max Limonad, 1962.

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

AMERA, Seth D; KOLOD, Alan. **Substantive consolidation**: getting back to basics. American Bankruptcy Institute Law Review, n. 14, 2006.

ARAGÃO, Paulo Cezar; BUCHAMAR, Laura. A Assembleia Geral de Credores na Lei de Recuperação e Falências. In: SANTOS, Paulo Penalva; GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. (coord). **A nova Lei de Falências e de Recuperação de Empresas**: Lei nº 11.101/05. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução de Nestor Silveira Chaves. 1 ed., São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010.

ÁVILA, Humberto Bergmann. **Teoria dos princípios**: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

AYOUB, Luiz Roberto; CAVALLI, Cássio. **A construção jurisprudencial da recuperação judicial de empresas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

BACEN. Resolução nº 2682. Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Brasília, DF, **Diário Oficial da União**, 21 dez. 1999.

BAIRD, D; T. JACKSON; B. ADLER. **Cases, Problems, and Materials on Bankruptcy**. 4d ed. New York: Foundation Press: 2014.

BAIRD, Douglas. **Elements of Bankruptcy**. 6th edition. New York: Foundation Press, 2014.

BARBOSA, Rui. **Oração aos Moços**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1949.

BARUFALDI, Wilson Alexandre. **Recuperação judicial**: estrutura e aplicação de seus princípios. Livraria do Advogado: Porto Alegre, 2016.

BATISTA, Carolina Soares João; CAMPANA FILHO, Paulo Fernando; MIYAZAKI, Renata Yumi ; CERZETTI, Sheila Christina Neder. A prevalência da vontade da assembléia-geral de credores em questão: O cram down e a apreciação judicial do plano aprovado por todas as classes. **Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro**, v. 143, p. 202-242, São Paulo, 2006.

BERGER, Dora. **A insolvência no Brasil e na Alemanha**. Porto Alegre: SAFRE, 2001.

BESSONE, Darcy. **Instituições de direito falimentar**. São Paulo: Saraiva, 1995.

BEZERRA FILHO, Manoel Justino. **A responsabilidade do garantidor na recuperação judicial do garantido**. In: Revista do Advogado – Recuperação Judicial: temas polêmicos, Ano XXIX, nº 105. São Paulo: AASP, set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Lei de recuperação de empresas e falências**. 11ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

\_\_\_\_\_. **Empresa em crise, reforma das legislações nacionais e implementação de políticas públicas**. O direito a serviço do mercado?. Disponível em:

<<http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/FDir/Artigos/manoeljustino2.pdf>>.

Acesso em: 10 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. In: CARVALHOSA, Modesto. **Tratado de direito empresarial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 5, 2016.

BIOLCHI, Osvaldo. Apresentação do Deputado Osvaldo Biolchi (Relator do Projeto). In: TOLEDO Paulo Fernando Campos Salles de; ABRÃO Carlos Henrique (org.). **Comentários à lei de recuperação de empresas e falência**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. 6ª ed. Editoria Universidade de Brasília: Brasília, 1995.

BRANCO, Gerson Luiz Carlos. Autonomia dos credores na recuperação judicial e autonomia privada: Primeiras observações sobre um estudo comparativo. **Revista de Direito Civil Contemporâneo**, São Paulo, v. 09, p. 207/222, dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Comentário ao REsp 1.440.783/SP. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 972, ano 105, p. 401-430, out. 2016.

BRASIL. STJ. **Súmula 581**. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/docs\\_internet/VerbetesSTJ.pdf](http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2017.  
BRASIL. Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945. Lei de Falências. **Diário Oficial da União**, 31 jul. 1945.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nºs 5.889, de 08 de junho de 1973, 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 03 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 08 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 jan. 2002.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 fev. 2005 – edição extra.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. STJ. **RE 154.027/SP, Segunda Turma.** Relator: Min. Carlos Velloso, DJ 20.02.1998.

\_\_\_\_\_. STJ. **Recurso Especial nº 1388051 GO 2013/0169896-0.** Terceira Turma. Relator: Ministra Nancy Andrighi. DJ 23.09.2013.

\_\_\_\_\_. STJ. **Agravo Regimental no Recurso Especial CC 141719, MG 2015/0156508-0,** Segunda Seção. Relator: Min. João Otávio de Noronha. DJ 02.05.2016.

\_\_\_\_\_. STJ. **Mandado de Segurança 16.105/GO,** Terceira Turma. Relator: Min. Nancy Andrighi. DJ 22.09.2003.

\_\_\_\_\_. STJ. **Medida Cautelar nº 020733.** Relator: Min. Marco Buzzi, julgado em 08.04.2013.

\_\_\_\_\_. STJ. **Recurso Especial 1.359.311/SP.** Quarta Turma. Relator: Min. Luis Felipe Salomão, DJ 30.09.2014.

\_\_\_\_\_. STJ. **Recurso Especial 1.440.783/SP,** Terceira Turma. Relator: Min. Mouro Ribeiro. DJ 21.06.2016.

\_\_\_\_\_. STJ. **Recurso Especial 1.532.943/MT,** Terceira Turma. Relator: Min. Marco Aurélio Bellizze, DJ 10.10.2016.

\_\_\_\_\_. STJ. **Recurso Especial 1314209/SP 2012/0053130-7,** Terceira Turma. Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI. DJ 01.06.2012.

\_\_\_\_\_. STJ. **Recurso Especial 1333349/SP.** Segunda Seção. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão, DJ 26.11.2014.

BUSCHINELLI, Gabriel Saad Kik. **Abuso do direito de voto na assembleia geral de credores.** São Paulo: Quartier Latin, 2014.

BUZAID, Alfredo. **Do concurso de credores no processo de execução.** São Paulo: Saraiva, 1952.

CALÇAS, Manoel de Queiroz Pereira. A Novação Recuperacional. In: COELHO, Fábio Ulhoa (ORG.). **Tratado de Direito Comercial – Falência, Recuperação de Empresa e Direito Marítimo**. 1ed. São Paulo: Saraiva, v. 7, 2015.

CALEFFI, Antonio Marcelo. **O pagamento dos credores na falência**. A (in) violabilidade do princípio constitucional da igualdade. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

CAMIÑA MOREIRA, Alberto. Poderes da assembleia de credores, do juiz e a atividade do ministério público. In: PAIVA, Luiz Fernando Valente de (coordenador). **Direito Falimentar e a nova lei de falências e recuperação de empresas**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

CAMPINHO, Sérgio. **Falência e recuperação de empresa: o novo regime da insolvência empresarial**. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2015.

CANARIS, Claus-Wilhelm. Considerações a respeito da posição de proibições de discriminação no sistema do direito privado. Traduzido por Ingo Sarlet. **Revista Direitos Fundamentais e Justiça**, Porto Alegre, v. 7, n. 22, jan./mar. 2013.

CARVALHO DE MENDONÇA, José Xavier. **Tratado de direito comercial brasileiro**. v. VII. Livro V. 6. ed. atual. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1960.

CAVALLI, Cássio, **Financiamento DIP**. Disponível em: [http://www.veirano.com.br/por/contents/view/financiamento\\_dip\\_ou\\_como\\_financiar\\_empresas\\_em\\_recuperacao\\_judicial](http://www.veirano.com.br/por/contents/view/financiamento_dip_ou_como_financiar_empresas_em_recuperacao_judicial): Acesso em: 02 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **O fim das garantidas na recuperação judicial**. Disponível em: <https://jota.info/artigos/o-fim-das-garantias-na-recuperacao-judicial-19102016>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

CEREZETTI, Sheila C. Neder. Grupos de sociedades e recuperação judicial: o indispensável encontro entre Direitos Societário, Processual e Concursal. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (coord.). **Processo Societário II**. São Paulo, Quartier Latin, 2015.

\_\_\_\_\_. **A recuperação judicial de sociedade por ações: o princípio da preservação da empresa na lei de recuperação e falência**. São Paulo: Malheiros, 2012.

\_\_\_\_\_. As classes de credores como técnica de organização de interesses: em defesa da alteração da disciplina das classes na recuperação judicial. In: TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de; SATIRO, Francisco. **Direito das empresas em crise: problemas e soluções**. São Paulo: Malheiros, 2012.

\_\_\_\_\_. Grupos de sociedades e recuperação judicial: o indispensável encontro entre Direito Societário, Processual e Concursal. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (coord.). **Processo Societário II**: adaptado ao Novo CPC – Lei nº 13.105/2015.

\_\_\_\_\_. O papel dos credores no bankruptcy code. **Revista de Direito Mercantil: industrial, econômico e financeiro**, São Paulo, v. 48, n.151/152, dez. 2009.

\_\_\_\_\_. O passo seguinte ao Enunciado 57: em defesa da votação nas subclasses. **Revista Comercialista**, São Paulo, nº 13, 2015.

CLARO, Carlos Roberto. **Temas de Recuperação Empresarial e Falência**. Curitiba: Editora Ithala, 2012.

COELHO, Fabio Ulhoa. **Comentários à Lei de Falências e de Recuperação de Empresas**. São Paulo, Ed. Saraiva, 8ª edição, 2011.

\_\_\_\_\_. O Credor Colaborativo na Recuperação Judicial, in: TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de; SATIRO Francisco (org.). **Direito das Empresas em Crise: Problemas e Soluções**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

\_\_\_\_\_. Os princípios do direito concursal no projeto de Código Comercial In: COELHO, Fabio Ulhoa; LIMA, Tiago Asfor Rocha; NUNES, Marcelo Guedes (org.). **Reflexões sobre o Projeto de Código Comercial**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, v. 1, 2013.

COMPARATO, Fabio Konder. **Aspectos jurídicos da macro-empresa**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1970.

CORRÊA JUNIOR, Gilberto Deon. Consolidação substantiva no Direito norte-americano. **Revista da AJURIS**, Porto Alegre, n. 73, jul. 1998.

CRIPPA, Carla Smith de Vasconcellos. **O abuso de direito na recuperação judicial**. São Paulo: USP, 2013. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.



CJF. **Enunciado nº 57 da I Jornada de Direito Comercial do Conselho de Justiça Federal.** Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/130>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

DE LUCCA, Newton. In: SIMÃO FILHO, Adalberto; DE LUCCA, Newton (coord.). **Comentários à Nova Lei de Recuperação de Empresas e de Falências.** São Paulo: Quartier Latin, 2005.

DIAS, Leonardo Adriano Ribeiro. **Financiamento na recuperação judicial e na falência.** São Paulo: Quartier Latin, 2014.

DWORKIN, Ronald. Sovereign. **Virtue: The Theory and Practice of Equality.** Harvard University Press, 2000.

EPSTEIN, David G.; NICKLES, Steve H. **Principles of bankruptcy law.** Thomson West, 2007.

ESTEVEZ, André Fernandes. A Assembleia-Geral de Credores no Direito Brasileiro: Razões para a Criação da Concordata-Sentença no Decreto-Lei nº 7.661/1945. **Revista de Direito Empresarial**, São Paulo, nº 36, jan./fev. 2014.

\_\_\_\_\_. Das origens do direito falimentar à Lei nº 11.101/2005. **Revista Jurídica Empresarial**, Porto Alegre, n. 15, p. 11-50, jul./ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Influências do princípio da preservação da empresa no direito falimentar: critérios para a derrubada do veto dos credores (*Cram down*) sobre o plano de recuperação judicial. In: ESTEVEZ, André Fernandes; JOBIM, Márcio Félix (Org.). **Estudos de Direito Empresarial: homenagem aos 50 anos de docência do Professor Peter Walter Ashton.** São Paulo: Saraiva, 2012.

\_\_\_\_\_. Inovações e controvérsias da Lei Complementar nº 147/2014. In: LUPION, Ricardo; ESTEVEZ, André Fernandes (org.). **Fronteiras do Direito Empresarial.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

FAVER, Scilio. **Curso de recuperação de empresas.** São Paulo: Atlas, 2014.

FAZZIO JUNIOR, Waldo. **Lei de falência e recuperação de empresas.** 6ªed. São Paulo: Atlas, 2012.

FERREIRA, Kenneth Antunes. **Lei de Falências e desafios para novas captações de recursos**. Disponível em: <<https://jota.info/colunas/coluna-do-tozzinifreire/coluna-tozzinifreire-lei-de-falencias-e-os-desafios-para-novas-captacoes-de-recursos-01072016>>. Acesso em: 30 dez. 2016

FERREIRA, Waldemar. **Tratado de Direito Comercial**. O Estatuto da Falência e Concordata. v. 14, São Paulo: Saraiva, 1965.

FINCH, Vanessa. **Corporate Insolvency Law**: Perspectives and Principles. 2<sup>nd</sup> edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

FRANÇA, Erasmo Valladão A. e N. Comentários aos artigos 35 a 46 da Lei 11.101/2005. In: SOUZA JUNIOR, Francisco Satiro de; PITOMBO, Antônio Sérgio A. de Moraes (coord.). **Comentários à Lei de recuperação de empresas e falência**: Lei 11.101/2005. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

\_\_\_\_\_. **Temas de direito societário, falimentar e teoria da empresa**. São Paulo: Malheiros, 2009.

FRANCO, Vera Helena de Mello; SZTANJN, Rachel. **Falência e recuperação da empresa em crise**. Comparação com as posições do Direito Europeu. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

GACIO, Marise. **Clasificación y agrupamiento de acreedores em categorias**. Disponível em: <<http://ar.vlex.com/vid/agrupamiento-acreedores-categorias-26542288>>. Acesso em: 20 nov. 2016

GOLDENBER SERRANO, Juan Luis. Consideraciones críticas respecto al denominado principio de la par condicio creditorum. **Revista Chilena de Derecho**, Chile, v. 37, nº 1, 2010.

GOIÁS. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento nº 391674-77.2011.8.09.0000**. 3ª CC. Relator: Des. Floriano Gomes, julgado em 04.07.2012.

GUGLIELMUCCI, Lino. **La Legge tedesca Sull'insolvenza (Insolvenzordnung)**. Ottobre, 1994.

GUIMARÃES, Maria Celeste Moraes. **Recuperação judicial de empresas e Falência à Luz da Lei nº 11.101/2005**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

KELSEN, Hans. **A justiça e o Direito Natural**. Coimbra: Editora Armenio Amado, 1963.

\_\_\_\_\_. **Teoria Pura do Direito**. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KIRSCHBAUM, Deborah. **A recuperação judicial no Brasil**: Governança, financiamento extraconcursal e votação do plano. São Paulo: USP, 2009. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LBR. **Plano de recuperação judicial de LBR**. Disponível em: <<http://www.lbr-lacteosbrasil.com.br/pdf/PRJ.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes. **Direito da Insolvência**. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015.

LII. **U.S. Code**. Disponível em: <<https://www.law.cornell.edu/uscode/text/11/1123>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

LOBO, Jorge. Da recuperação judicial. In: TOLEDO, Paulo F. C. Salles de; ABRÃO, Carlos Henrique (coord.). **Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

LOPUCKI, Lynn M; TRIANTIS, George G. **A systems approach to comparing U.S. and Canadian reorganization of financially distressed companies**. Harvard International Law Journal, v. 35, 1994.

MACHADO, Rubens Approbato. Visão geral da Nova Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005 que reforma o Decreto-Lei 7.661, de 21.06.1945 (Lei de Falências) e cria o instituto da Recuperação da Empresa. In: MACHADO, Rubens Approbato (coord.). **Comentários à nova lei de falências e recuperação de empresas**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

MALUF, Sahid. **Direito Constitucional**. São Paulo: Sugestões Literárias, 1967.

MAMEDE, Gladston. **Direito empresarial brasileiro**. Falência e recuperação de empresas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Glauco Alves. **A Recuperação Extrajudicial na Lei nº 11.101/2005 e a Experiência do Direito Comparado em Acordos Preventivos Extrajudiciais**. São Paulo: USP, 2009. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. São Paulo: Malheiros, 1998.

MENEZES, Mauricio Moreira Mendonça de. **O poder de controle nas companhias em recuperação judicial**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

MIRANDA, Pontes de. **Comentários à Constituição de 1967**. Tomo IV. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1967.

\_\_\_\_\_. **Tratado de Direito Privado**. Tomo XXVII. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1971.

MUNHOZ, Eduardo Secchi. Anotações sobre os limites do poder jurisdicional na apreciação do plano de recuperação judicial. **Revista de Direito Bancário e Mercado de Capitais**, São Paulo, Ano 10, nº 36, abr./jun. 2007.

\_\_\_\_\_. Comentários aos artigos 55 a 69 da Lei 11.101/2005. In: SOUZA JUNIOR, Francisco Satiro de; PITOMBO, Antônio Sérgio A. de Moraes (coord.). **Comentários à Lei de recuperação de empresas e falência: Lei 11.101/2005**. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

NEGRÃO, Ricardo. **A eficiência do processo judicial na recuperação de empresa**. São Paulo: Saraiva, 2010.

\_\_\_\_\_. O papel do judiciário na homologação do plano. In: ANDRIGHI, Fátima Nancy; BENETI, Sidnei; ABRÃO, Carlos Henrique. **Dez anos da lei de recuperação e falência (Lei n. 11.101/2005)**: retrospectiva geral contemplando a Lei n. 13.043/2014 e a Lei Complementar n. 147/2014. São Paulo: Saraiva, 2015.

\_\_\_\_\_. O princípio do tratamento paritário e a classificação dos credores na recuperação judicial no Projeto do Código Comercial. In: COELHO, Fabio Ulhoa;

LIMA, Tiago Asfor Rocha; NUNES, Marcelo Guedes (org.). **Reflexões sobre o Projeto de Código Comercial**. 1 ed, v. 1. São Paulo: Saraiva, 2013.

NEUNER, Jörg. O princípio da igualdade de tratamento no direito privado alemão Traduzido por Pedro Scherer de Mello Aleixo. **Revista Direitos Fundamentais e Justiça**, Porto Alegre, n. 2, jan./mar. 2008.

NUNES, Marcelo Guedes. Alguns apontamentos sobre comunhão de credores e viabilidade econômica; In: CASTRO, Rodrigo R. Monteiro; LEANDRO, Santos de Aragão (coord.). **Direito societário e a nova lei de falências e recuperação de empresas**. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

OLIVEIRA, Ana Perestrelo de. A insolvência nos grupos de sociedades: notas sobre a consolidação patrimonial e a subordinação de créditos intragrupo. **Revista de Direito das Sociedades**, Coimbra, ano I, n. 4, 2009.

PAIVA, Luiz Fernando Valente de. Necessárias alterações no sistema falimentar brasileiro. In: CEREZETTI, Sheila C. Neder; MAFIIOLETTI, Emanuelle Urbano (org.). **Dez Anos da Lei nº 11.101/2005**: estudos sobre a lei de recuperação e falência. 1ª ed. São Paulo: Almedina, 2015.

\_\_\_\_\_. Aspectos relevantes do instituto da recuperação judicial e necessária mudança cultural. In: OLIVEIRA, Fatima Bayma de. **Recuperação de Empresas**. Uma múltipla visão da nova lei. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

PENTEADO, Mauro Rodrigues. Comentário dos art. 1º a 6º da Lei 11.101/2005. In: SOUZA JUNIOR, Francisco Satiro de; PITOMBO, Antônio Sérgio A. de Moraes (coord.). **Comentários à Lei de recuperação de empresas e falência: Lei 11.101/2005**. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

PORTANOVA, Rui. **Princípios do Processo Civil**. 5ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

PUGLIESE, Adriana Valéria. Limites da autonomia privada nos planos de reorganização das empresas. **Revista do Advogado**, São Paulo, AASP, nº 131, Direito das empresas em crise, out. 2016.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.  
REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Falimentar**. São Paulo: Saraiva, 1989.

RESTIFFE, Paulo Sérgio. **Recuperação de empresas: de acordo com a Lei n. 11.101, de 09.02.2005**. Barueri: Manole, 2008.

RICCI, Edoardo. La procedura di soluzione della crisi. In: PICININNI, C; SANTARONI (org.). **Crisi d'impresa e riforma della legge fallimentare**. Roma: Bancaria Editrice, 2002.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento 0026062-24.2013.8.19.0000**. Relatora: Des. Denise Levy Tredler, julgado em 11.06.2013.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento nº 0026427-10.2015.8.19.0000**. 22ª Câmara Cível. Relator: Des. Carlos Eduardo Moreira da Silva, julgado em 18.08.2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento nº 00052611920158190000**. Terceira Vara Empresarial. Relator: Gilberto Campista Guarino, julgamento em 02.12.2015.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento Nº 70062141973**, Sexta Câmara Cível. Relator: Luís Augusto Coelho Braga, julgado em 07.04.2016.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento nº 70068164839**, Sexta Câmara Cível. Relator: Luís Augusto Coelho Braga, julgado em 09.06.2016.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento Nº 70066202466**, Quinta Câmara Cível. Relator: Isabel Dias Almeida, julgado em 11.11.2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento nº 70048357602**, Décima Sétima Câmara Cível. Relator: Liege Puricelli Pires, julgado em 24.05.2012.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento nº 70069482818**. Sexta Câmara Cível. Relator: Ney Wiedemann Neto, julgado em 29.09.2005.

ROMA, Bruno Marques Bensal. *Par conditio creditorum, cram down* e o princípio da preservação da empresa: a recuperação judicial às avessas no direito brasileiro. **Revista de Direito Empresarial**, São Paulo, v. 3, n. 11, p. 381-403, set./out. 2015.

SADDI, Jairo. Assembleia de Credores: um ano de experiência da nova lei de falências. Uma avaliação. **Revista de Direito Bancário e Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 36, 2007.

\_\_\_\_\_; PINHEIRO, Armando Castelar. **Direito, Economia e Mercados**. São Paulo: Campus-Elsevier, 2005.

SALOMÃO, Luis Felipe; SANTOS, Paulo Penalva. **Recuperação judicial, extrajudicial e falência**: teoria e prática, 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

SANTOS, Paulo Penalva. Efeitos da nova lei de recuperação de empresas e falência no processo do trabalho. **Revista do TST**, Brasília, vol. 73, nº 3, jul./set. 2007.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. **Processo nº 0067341-20.2012.8.26.0100**. 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial da Comarca de São Paulo.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento nº 0187811-89.2012.8.26.0000**. 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial. Relator: Francisco Loureiro, julgado em 23.04.2013.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento nº 2072268-33.2014.8.26.0000**. 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial. Relator: Des. Ramon Mateo Júnior, julgado em 08.10.2014.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento nº 0119370-56.2012.8.26.0000**. 2ª Câmara de Direito Empresarial. Relator: Des. José Reynaldo, julgado em 08.04.2013.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento nº 0175314-43.2012.8.26.0000**. 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial. Relator: Des. Francisco Loureiro, julgado em 03.04.2014.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento nº 2072298-68.2014.8.26.0000**. 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial. Relator: Des. Ramon Mateo Júnior, julgado em 08.10.2014.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento nº 2196874-36.2014.8.26.0000**. 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial. Relator: Des. Claudio Godoy, julgado em 24.06.2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento nº 493.240.4/1-00**. Câmara Especial de Falência e Recuperação Judicial. Relator: Des. Boris Kauffmann, julgado em 08.08.2007.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento 0008634-34.2013.8.26.0000**. 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial. Relator: Teixeira Leite, julgado em 04.07.2013.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento 561.271-4**. Câmara Especial de Falências e Recuperação Judicial. Relator: Des. Pereira Calças, julgado em 30.07.2008.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Agravo de instrumento n. 0136362-29.2011.8.26.0000**. Relator: Des. Manoel de Queiroz Pereira Calças, julgado em 28.02.2012.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento nº 0008634-34.2013.8.26.0000**. Relator: Des. Teixeira Leite, 1ª CRDE-TJSP, julgado em 04.07.2013.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento nº 0235130-87.2011.8.26.0000**. 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial. Relator: Ricardo Negrão, julgado em 19.12.2012.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento nº 2231730-26.2014.8.26.0000**. 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial. Relator: Ricardo Negrão, julgado em 29.06.2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento nº 2249343-25.2015.8.26.0000**. 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial. Relator: Des. Teixeira Leite, julgado em 06.04.2016.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento nº 2260720-90.2015.8.26.0000**. 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial. Relator: Fabio Tabosa, julgado em 11.05.2016.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento: 2150922-97.2015.8.26.0000**. 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial. Relator: Carlos Alberto Garbi, julgado em 05.10.2015.



\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. Segunda Câmara Reservada de Direito Empresarial. **Agravo de Instrumento nº 2068607-46.2014.8.26.0000**. Relator: Des. Ramon Mateo Júnior, julgado em 11.11.2015.

SATIRO, Francisco; CEREZETTI, Sheila. A silenciosa "consolidação" da consolidação substancial. **Revista do Advogado**, São Paulo, nº 131. AASP, out. 2016.

SATTA, Salvatore. **Instituciones del derecho de quiebra**. Buenos Aires: E.J.E.A, 1951.

SCALZILLI, João Pedro. **Confusão patrimonial no direito societário**. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

\_\_\_\_\_; SPINELLI, Luis Felipe; TELLECHEA, Rodrigo. **Recuperação de Empresas e Falência** - Teoria e prática na Lei 11.101/2005. São Paulo: Almedina, 2016.

SICA, Lígia Paula Pires Pinto. **Recuperação extrajudicial de empresas: desenvolvimento do direito de recuperação de empresas brasileiro**. São Paulo: USP, 2009. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVA, José Anchieta da. O plano de recuperação judicial para além dele (o plano além do plano). In: CEREZETTI, Sheila C. Neder; MAFIIOLETTI, Emanuelle Urbano (org.). **Dez Anos da Lei nº 11.101/2005**: estudos sobre a lei de recuperação e falência. 1ª ed. São Paulo: Almedina, 2015.

SILVA, Jorge Cesa Ferreira. A proteção contra discriminação no direito contratual brasileiro. In: MONTEIRO, Antonio Pinto; SARLET, Ingo Wolfgang; JORG, Neiner. **Direitos Fundamentais e Direito Privado**, Coimbra: Almedina, 2007.

SIMIONATO, Frederico Augusto Monte. **Tratado de Direito Falimentar**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SOUZA JÚNIOR, Francisco Satiro de. Autonomia dos credores na aprovação do plano de recuperação judicial. In: CASTRO, Rodrigo R, Monteiro; JÚNIOR, Walfrido Jorge Warde; TAVARES GUERREIRO, Carolina Dias (coord.). **Direito empresarial e outros estudos em homenagem ao Professor José Alexandre Tavares Guerreiro**. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

\_\_\_\_\_.; PITOMBO, Antônio Sérgio A de Moraes (coord.). **Comentários à lei de recuperação de empresas e falência**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

\_\_\_\_\_. Recuperação Judicial e a excepcionalidade dos créditos. In: GARCIA, Ricardo Lupion (org.). **Dez anos da lei de falências e recuperação judicial de empresas**: inovações, desafios e perspectivas. Porto Alegre: Fi, 2016.

SPINELLI, Luis Felipe. **O conflito de interesses na administração da sociedade anônima**. 1. Ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

\_\_\_\_\_. Proporcionalidade e igualdade de tratamento na exclusão de sócio por falta grave na sociedade limitada. **Revista Jurídica**, Porto Alegre, v. 62, p. 79-99, 2014.

SZTAJN, Rachel. Comentários aos artigos 47 a 54 da Lei 11.101/2008. In: SOUZA JUNIOR, Francisco Satiro de; PITOMBO, Antônio Sérgio A. de Moraes (coord.). **Comentários à Lei de recuperação de empresas e falência**: Lei 11.101/2008. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

\_\_\_\_\_. Notas sobre as assembléias de credores na lei de recuperação de empresas. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, ano XLIV, n. 138, p. 53-70, abr./jun. 2005.

TABB, Charles Jordan. **The history of the bankruptcy laws in the United States**. American Bankruptcy Institute Law Review 3, 1995.

\_\_\_\_\_. **The law of bankruptcy**. 2nd edition. New York: Foundation, 2009.

TADDEI, Marcelo Gazzzi. Os primeiros cinco anos da recuperação judicial no país: dificuldades e controvérsias. **Revista Jurídica Empresarial**, Porto Alegre, v. 3, n. 15, jul./ago. 2010.

TEBET, Ramez. **A Lei de Recuperação de Empresas**. Brasília: Senado Federal, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Lei de Recuperação de Empresas**. Brasília: Senado Federal, 2005.

THOMAS, C. Given, LINDA J. Philipps. **Equality in the Eye of the Beholder-Classification of Claims and Interests in Chapter 11 Reorganizations**. Ohio State Law Journal, v. 43, 1982.

TMA. **O Turnaround Management no Brasil**. Financiamento de Empresas em Recuperação Judicial: Importância, Dificuldades e Estímulos. Disponível em: <[http://www.tmaBrasil.org/sites/default/files/imce/materias/papers/paper\\_financiamento\\_da\\_recuperacao.pdf](http://www.tmaBrasil.org/sites/default/files/imce/materias/papers/paper_financiamento_da_recuperacao.pdf)>. Acesso em: 02 jan. 2017.

TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de. O plano de recuperação e o controle judicial da legalidade. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 16, 2013.

\_\_\_\_\_. O plano de recuperação e o controle judicial da legalidade. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 16, 2013.

\_\_\_\_\_; ABRÃO Carlos Henrique (org.). **Comentários à lei de recuperação de empresas e falência**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

\_\_\_\_\_. Recuperação judicial – Sociedades Anônimas – Debêntures – Assembleia-geral de credores – Liberdade de associação – Boa-fé objetiva – Abuso de direito – *Cram down* – *Par condicio creditorum*. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 142, p. 263-281, 2006.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial: falência e recuperação de empresas**. São Paulo: Atlas, v. 3, 2011.

UBALDO, Edson. **Recuperação judicial e extrajudicial de empresas: comentários aos artigos específicos da Lei n. 11.101, de 9-2-2005**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007.

USTRA, José Augusto Brilhante. **A classificação dos créditos na falência: o conceito de igualdade na lei de falências**. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1976.

VALVERDE, Trajano de Miranda. **Comentários à Lei de Falência**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1955.

\_\_\_\_\_. Anteprojeto de lei de falências. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, n. 99, 1944.

VARIG. **Plano de Recuperação Judicial Consolidado**. Disponível em: <[http://www.varig-airlines.com/varig\\_planoderecuperacaojudicialconsolidado.pdf](http://www.varig-airlines.com/varig_planoderecuperacaojudicialconsolidado.pdf)>. Acesso em: 14 fev. 2017.

VASCONCELOS, Ronaldo. **Princípios processuais da recuperação judicial**. São Paulo: USP, 2012. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. Recuperar ou não recuperar, eis a questão: o poder/dever do juiz objetivando a preservação da empresa – configurações e limites. In: CEREZETTI, Sheila C. Neder; MAFIIOLETTI, Emanuelle Urbano (Org.). **Dez Anos da Lei nº 11.101/2005**: estudos sobre a lei de recuperação e falência. 1ª ed. São Paulo: Almedina, 2015.

VIGIL NETO, Luiz Inácio. **Teoria falimentar e regimes recuperatórios**: estudos sobre a lei n. 11.101/2005. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. A *vis attractiva* do juízo da vara empresarial. Créditos trabalhistas. Sucessão da empresa em regime de recuperação. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 143, jan. 2007.